

# Relatório de Atividades

1º Trimestre - 2021

ESTADO DE SÃO PAULO



**TCESP**  
Tribunal de Contas  
do Estado de São Paulo

# Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - Exercício de 2021



## **Presidência**

Conselheira Cristiana de Castro Moraes

## **Vice-Presidência**

Conselheiro Dimas Ramalho

## **Corregedoria**

Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo

## **Conselheiros**

Antonio Roque Citadini

Edgard Camargo Rodrigues

Renato Martins Costa

Robson Marinho

Substituído pelos Auditores:

JOSUÉ ROMERO (de 20/10/2020 A 17/01/2020)

SILVIA MONTEIRO (a partir de 18/01/2021).

## **Corpo de Auditores:**

Auditor Samy Wurman - Coordenador

### **Auditores:**

Alexandre Manir Figueiredo Sarquis

Antonio Carlos dos Santos

Josué Romero

Márcio Martins de Camargo

Silvia Monteiro

Valdenir Antonio Polizeli

## **Ministério Público junto ao Tribunal - MPC**

Procurador Thiago Pinheiro Lima – Procurador-Geral

### **Procuradores:**

Celso Augusto Matuck Feres Junior

Elida Graziane Pinto

João Paulo Giordano Fontes

José Mendes Neto

Leticia Formoso Delsin Matuck Feres

Rafael Antonio Baldo

Rafael Neubern Demarchi Costa

Renata Constante Cestari

## **Procuradoria da Fazenda do Estado junto ao TCE-SP**

Procurador Luiz Menezes Neto – Procurador-Chefe

### **Procuradores:**

Carim José Feres

Denis Dela Vedova Gomes

Jéssica Helena Rocha Vieira Couto

Luiz Claudio Manfio

## **Secretaria-Diretoria Geral - SDG**

Sérgio Ciquera Rossi

## **Departamento Geral de Administração - DGA**

Carlos Eduardo Correa Malek

## **Departamento de Tecnologia da Informação – DTI**

Fábio Correa Xavier



## SUMÁRIO

1.	CORPO DIRETIVO .....	12
2.	DADOS CONSOLIDADOS DA DISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS: .....	13
2.1	FÍSICOS: .....	13
2.2	ELETRÔNICOS: .....	14
2.3	CONTAS DO GOVERNADOR .....	14
3.	DADOS CONSOLIDADOS DOS JULGAMENTOS.....	15
3.1	PELO TRIBUNAL PLENO .....	15
3.2	PELAS PRIMEIRA E SEGUNDA CÂMARAS.....	15
3.3	PELOS CONSELHEIROS EM DECISÕES SINGULARES.....	15
3.4	PELO CORPO DE AUDITORES.....	15
4.	MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS – MPC .....	17
5.	PROCURADORIA DA FAZENDA DO ESTADO – PFE .....	17
6.	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELAS ÁREAS TÉCNICAS DO TRIBUNAL .....	17
6.1.	SECRETARIA-DIRETORIA GERAL – SDG .....	17
6.1.1.	Pauta (SDG-3), Taquigrafia (SDG-1) e Jurisprudência (SDG-4).....	17
6.1.2.	Departamentos de Supervisão e Fiscalização - DSF's I e II .....	18
6.1.2.1.	Núcleo de Acompanhamento de Execução Contratual – NAEC .....	20
6.1.3.	Assessoria Técnico Jurídica – ATJ.....	20
6.1.4.	Divisão de Auditoria Eletrônica – AUDESP .....	21
6.2.	DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO.....	22
6.2.1.	Diretoria de Contabilidade e Finanças .....	22
6.2.1.1.	Planejamento e Orçamento .....	22
6.3.	DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....	28
6.4.	GTP – GABINETE TÉCNICO DA PRESIDÊNCIA .....	29
6.5.	CENTRO DE GESTÃO DO E-TCESP.....	30
6.6.	OUVIDORIA .....	31
6.7.	COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL .....	32
6.8.	REVISTA DO TCE.....	33
6.9.	ASSESSORIA POLICIAL MILITAR DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO .....	33
6.10.	CERIMONIAL.....	33
7.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	34
8.	ANEXO – COMUNICADOS EXPEDIDOS PELO TCE-SP .....	35



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Despesas para o enfrentamento da COVID-19 – 1º Trimestre de 2021 .....	7
Tabela 2 – Descritivo – Instrumentos sob análise do TCE-SP .....	7
Tabela 3 – Distribuição de Processos Físicos (Conselheiros e Auditores) .....	13
Tabela 4 - Distribuição de Processos Eletrônicos (Conselheiros e Auditores).....	14
Tabela 5 – Processos Instruídos – DSFs.....	18
Tabela 6 - Jurisdicionados Estaduais Fiscalizados .....	18
Tabela 7 - Jurisdicionados Municipais Fiscalizados.....	19
Tabela 8 - Programação Inicial – Orçamento Exercício 2021 – Despesas Correntes.....	24
Tabela 9 - Programação Inicial – Orçamento Exercício 2021 – Despesas de Capital .....	24
Tabela 10 - Programação Inicial Atualizada - Orçamento Exercício 2021 - Despesas Correntes .....	25
Tabela 11 - Programação Inicial Atualizada - Orçamento Exercício 2021 - Despesas de Capital .....	25
Tabela 12 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2021 – Empenhado – Despesas Correntes.....	26
Tabela 13 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2021 – Empenhado – Despesas de Capital .....	26
Tabela 14 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2021 – Realizado – Despesas Correntes .....	27
Tabela 15 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2021 – Realizado – Despesas de Capital .....	27
Tabela 16 - Atividades da EPCP - 1º Trimestre .....	30
Tabela 17 – Atividades do Centro de Gestão do e-TCESP no trimestre.....	30
Tabela 18 – Comunicados expedidos pelo GP .....	35
Tabela 19 – Comunicados expedidos pela SDG.....	36

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Resumo dos Dados de Julgamento – 1º Trimestre .....	16
Gráfico 2 - Processos Eletrônicos Instruídos - Área Estadual .....	19
Gráfico 3 - Processos Eletrônicos Instruídos - Área Municipal .....	20



## APRESENTAÇÃO

Em homenagem ao primado constitucional da publicidade, e objetivando apresentar à sociedade e à augusta Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo o produto de sua atuação institucional, mormente o quanto determinado no artigo 33, § 3º, da Constituição Paulista, c.c. o artigo 3º, IX, da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993 e artigo 27, XXXV, do Regimento Interno, o **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO** edita o presente **RELATÓRIO**, que reúne as principais atividades desenvolvidas no decorrer do **PRIMEIRO TRIMESTRE do exercício de 2021**, sejam relacionadas ao exercício do controle externo, sejam afetas à dinâmica administrativa *interna corporis*.

Perdura no período o delicado quadro decorrente da pandemia, a exigir do setor público permanente adoção de medidas e crescente aporte de recursos direcionados à mitigação de impactos sanitários, econômicos e sociais.

Neste contexto, o papel dos órgãos de controle, em especial o dos Tribunais de Contas, adquire contornos ainda mais expressivos, considerando seu dever institucional de acompanhamento das receitas e despesas públicas, quanto aos aspectos da legalidade, legitimidade, economicidade.

Dentro desse complexo panorama, cada vez mais o TCE-SP incorpora à sua dinâmica de atuação o **uso de recursos tecnológicos**, reconhecendo-os como importantes aliados no cumprimento de suas atividades fiscalizatórias, conforme registro das principais ações do Tribunal neste trimestre:

### NOVO MODELO DE AUDITORIA REMOTA DAS CONTAS PÚBLICAS:

Como um dos produtos provenientes dessa estratégia, encontra-se em desenvolvimento um **novo modelo de auditoria remota das contas públicas**, com o objetivo de compatibilizar a fiscalização exercida junto aos entes jurisdicionados com as restrições impostas em virtude da pandemia.

Valendo-se de ferramentas e mecanismos de tecnologia, **como a videoconferência**, a proposta busca manter o Tribunal próximo de seus jurisdicionados, ao mesmo tempo em que respeita as medidas de distanciamento social.

Uma ação piloto da nova sistemática encontra-se em andamento na Unidade Regional do TCE em Ituverava (UR-17), junto à Prefeitura de Pitangueiras, jurisdicionada da Regional, com foco na área da Educação.

Após aprovado e aprimorado, o modelo será estendido a todas as Diretorias da Capital e as 20 Unidades Regionais distribuídas no interior e no litoral do Estado.

#### SESSÕES DE JULGAMENTO ONLINE DO TRIBUNAL:

A mesma solução de videoconferência vem sendo adotada como base para as **sessões de julgamento online do Tribunal**. Reunidos remotamente, as Câmaras e o Tribunal Pleno têm exercido suas atribuições sem quaisquer intercorrências. Somadas, as pautas dos 3 (três) órgãos colegiados registraram, no primeiro trimestre, **mais de 3.000 processos** submetidos à apreciação de seus membros.

#### 25ª EDIÇÃO DO CAAPEFIS:

Quanto à capacitação do corpo técnico do Tribunal, destaca-se a organização da **25ª edição do Ciclo Anual de Aperfeiçoamento do Pessoal da Fiscalização (CAAPEFIS)**, pela primeira vez em 25 anos conduzida de forma exclusivamente remota, por meio da ferramenta *Microsoft Teams*.



O evento, **realizado entre os dias 8 e 11 de março**, reuniu membros do Colegiado, Auditores, Procuradores do Ministério Público de Contas, Diretores da Capital e das 20 Unidades Regionais (URs), bem como servidores da Fiscalização, assessores e auxiliares.



Divididos em salas virtuais, os painéis, os debates e as palestras abordaram temas como *Fiscalização Remota, Novo Marco Legal do Saneamento Básico, Lei Geral de Proteção de Dados, Funcionalidades do Sistema de Auditoria Eletrônica de São Paulo (Audesp), Terceiro Setor e os Sistemas de Informações em Auxílio às Atividades de Controle Externo.*

Ao final do evento, o Secretário-Diretor Geral, Sérgio Ciquera Rossi, premiou os servidores responsáveis por trabalhos de destaque em 2020 em ações relacionadas a **boas práticas nas atividades de fiscalização.**

#### BOLETIM DE JURISPRUDÊNCIA:

No trimestre, o Tribunal passou também a editar, mensalmente, o “**Boletim de Jurisprudência**”, compilado de enunciados de jurisprudência decorrentes de entendimentos proferidos nas Câmaras e Tribunal Pleno da Corte.



O objetivo do material é facilitar o acesso à informação e possibilitar aos interessados rápida consulta dos acórdãos mais relevantes, abrangendo decisões dos Conselheiros-Relatores exarados no âmbito de Exames Prévios de Editais, contratos, convênios, prestações de contas, balanços gerais, entre outras.

#### GESTÃO DE ENFRENTAMENTO DO COVID-19:

Apoiado igualmente em recursos tecnológicos, o **Questionário da Gestão de Enfrentamento do COVID-19** segue sendo aplicado mensalmente a todos os entes jurisdicionados, tanto da esfera estadual como da municipal, extraindo dados dos mais variados aspectos da atuação administrativa, ao final consubstanciados em um panorama geral da atuação do poder público no combate à pandemia, promovendo a transparência e incentivando o controle social.

Os dados consolidados referentes ao primeiro trimestre apontam o seguinte cenário orçamentário:



Tabela 1 – Despesas para o enfrentamento da COVID-19 – 1º Trimestre de 2021

Despesas para o enfrentamento da COVID-19 2021			
	Empenhado R\$	Liquidado R\$	Pago R\$
Governo do Estado	866,03 milhões	788,25 milhões	762,85 milhões
Municípios Paulistas	1,52 bilhões	823,82 milhões	736,19 milhões
<b>Total</b>	<b>2,39 bilhões</b>	<b>1,61 bilhões</b>	<b>1,50 bilhões</b>

Desde o início desse trabalho, em maio de 2020, o TCE-SP autuou mais de **1.311 processos de acompanhamento especial**, selecionando ainda para análise específica **623 processos** tratando de convênios, ajustes com o terceiro setor, prestação de contas do terceiro setor, termos aditivos e contratos, somando mais de **R\$ 2.613.296.076,24** sob supervisão, valor correspondente a **20,80% dos recursos empregados** pelos jurisdicionados no enfrentamento da pandemia.

Tabela 2 – Descritivo – Instrumentos sob análise do TCE-SP

Matéria	1 – Estadual		2 – Municipal		Total (1+2)	
	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor
<b>Contrato</b>	60	1.194.565.683,80	434	508.602.876,11	494	1.703.168.560
<b>Contrato de Gestão</b>	26	75.022.005,31	18	132.306.647,66	44	207.328.652,97
<b>Convênio</b>	23	502.587.546,06	29	60.002.048,10	52	562.589.594,16
<b>Termo de Colaboração</b>	-	-	06	12.799.695,23	06	12.799.695,23
<b>Termo de Fomento</b>	-	-	05	18.835.500,00	05	18.835.500,00
<b>Termo Aditivo</b>	08	24.838.286,22	14	83.735.787,75	22	108.574.073,97
<b>TOTAL</b>	<b>117</b>	<b>1.797.013.521,39</b>	<b>506</b>	<b>816.282.554,85</b>	<b>623</b>	<b>2.613.296.076,24</b>



Utilize o QR CODE ao lado para acessar o Painel Eletrônico da Gestão de Enfrentamento do COVID-19.

## PAINEL DE OBRAS ATRASADAS OU PARALISADAS – ATUALIZAÇÃO:

No trimestre também foi divulgada a oitava atualização **do Painel de Obras Atrasadas ou Paralisadas**, relativa ao quarto trimestre de 2020, com informações colhidas até 14 de janeiro de 2021.

O painel disponibiliza gráficos e filtros que apontam as principais fontes de recursos dos empreendimentos e a classificação das obras por áreas temáticas (Educação, Saúde, Habitação, Mobilidade Urbana, abastecimento de água e tratamento de esgoto e melhoria dos equipamentos urbanos, dentre outros).



O relatório aponta – por exemplo – que do total de **1.139 obras paradas**, cerca de **36,5% (416) são conveniadas da União** – sete de âmbito estadual e o restante municipal, sendo 192 atrasadas e 224 paralisadas. **Convênios Estaduais** são fonte de recursos de **33% (377) do total de obras**.

Atrasos no repasse do Governo, inadimplemento de empresa contratada e fatores supervenientes à licitação são as principais justificativas responsáveis pela interrupção dos serviços nestes empreendimentos.

Chama atenção o número de obras atrasadas ou paralisadas no âmbito da **Educação (252) e Saúde (111)**, dado o quadro delicado decorrente da pandemia.



**Utilize o QR CODE ao lado para acessar o Painel Eletrônico de Obras Atrasadas ou Paralisadas.**

## FISCALIZAÇÃO ORDENADA – OUVIDORIA DOS MUNICÍPIOS JURISDICIONADOS:

Outro exemplo de utilização de recursos tecnológicos como suporte às atividades fiscalizatórias é a realização da **1ª Fiscalização Ordenada de 2021**, realizada de forma remota no dia 18 de março, tendo como objeto os serviços de **Ouvidorias dos Municípios Jurisdicionados**.



Durante fiscalização, o TCE-SP constatou que **22,36%** dos municípios não criaram o serviço no âmbito do Poder Executivo. Por meio de consulta aos sites das Administrações municipais e do preenchimento de questionários, cujas respostas serviram para nortear os trabalhos de rotina das equipes de fiscalização do TCE-SP, os 308 servidores envolvidos na vistoria verificaram, dentre outros quesitos, a elaboração e divulgação do Relatório de Atividades da Ouvidoria e da Carta de Serviços ao Usuário, bem como a existência de cargo, função ou designação para Ouvidor.

O Tribunal apurou que **65,40%** das Ouvidorias não elaboraram Relatório de Atividades (Gestão) do exercício de 2020, com a relação das manifestações encaminhadas pelos usuários, a partir do qual seria possível detectar falhas e elaborar melhorias para a prestação dos serviços públicos à população.

Além disso, **85,60%** das Prefeituras não produziram a Carta de Serviços ao Usuário, que garante transparência às ações prestadas pelos órgãos e entidades, às formas de acesso e aos compromissos e padrões de qualidade de atendimento ao público, conforme preconiza a Lei Federal nº 13.460, de 26 de junho de 2017.



Dos municípios que elaboraram o documento **(14,40%)**, apenas **13,20%** divulgaram o material pela Internet, Diário Oficial, jornal impresso, rádio ou outros meios de comunicação.

Segundo a fiscalização, **34,84%** das Prefeituras disponibilizam *link* para contato com a Ouvidoria no portal institucional. Ademais, **27,90%** possuem telefone para atendimento, enquanto um total de **4,60%** conta com número de WhatsApp para contato dos usuários e **3,02%** com uma página no Facebook.

De acordo com levantamento feito durante a ação, **42%** dos municípios não criaram cargo, função ou designação para as atividades de Ouvidor e **26,80%** das Ouvidorias não dispõem de recursos – tais como recursos humanos, tecnológicos, materiais e orçamentários e estrutura física – para operacionalização de suas competências.

A partir dos dados reunidos, foi elaborado um relatório gerencial com informações de interesse público que pode ser acessado no site institucional do TCE-SP. As informações segmentadas e regionalizadas foram encaminhadas aos Conselheiros Relatores dos processos de contas das entidades fiscalizadas.

#### MANUAL – NOVO FUNDEB:

Quanto ao aspecto orientativo, com o objetivo de instruir os entes jurisdicionados para o bom e transparente uso dos recursos públicos em benefício da sociedade, e com o objetivo de responder a essas e a outras questões que envolvem o tema, **o TCESP lançou o manual ‘Novo Fundeb’**.

Elaborado no formato de perguntas e respostas, a publicação foi redigida em linguagem simples e de fácil compreensão no intuito de apresentar os aspectos que demandam especial atenção no dia a dia da gestão municipal na área da Educação.

O manual visa disponibilizar explicações técnicas e esclarecimentos, bem como difundir os princípios e as regras da nova legislação do Fundeb, acrescentados do entendimento da Corte de Contas Paulista.

Regulamentado pela Lei nº 14.113/2020, o novo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) objetiva ampliar os investimentos e garantir maior eficiência na utilização de recursos no setor.



Nos últimos anos, um dos principais itens de rejeição das contas municipais por parte do Tribunal tem sido a falta de observância dos percentuais mínimos que devem ser aplicados no Ensino, item a respeito do qual a jurisprudência da Corte é pacífica.

#### RESTRIÇÕES – COMBATE À PANDEMIA

Já no plano interno, cabe ainda ressaltar que, considerando os balanços epidemiológicos divulgados pelo Governo do Estado de São Paulo, em especial o anúncio de implantação da Fase Emergencial para enfrentamento da pandemia do COVID-19, o TCE-SP adotou exclusivamente o regime de teletrabalho a partir de 15 de março, com a consequente suspensão do expediente presencial

Tal medida não trouxe impacto às atividades fiscalizatórias, conforme se observa dos dados elencados a seguir, relacionados à apreciação de processos bem como à produção das diversas áreas técnicas que compõem a Corte.



## 1. CORPO DIRETIVO

No dia 1º de fevereiro de 2021, tomaram posse para o mandato de um ano a Conselheira Cristiana de Castro Moraes, Presidente, o Conselheiro Dimas Ramalho, Vice-Presidente e o Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo, Corregedor.

Tendo em vista as medidas adotadas para o distanciamento social, a solenidade de posse foi conduzida remotamente, por videoconferência.

Em decorrência, o Tribunal Pleno e as Câmaras de Julgamento passaram a funcionar com a seguinte composição:

### TRIBUNAL PLENO: reúne-se às quartas-feiras – 10h00m.

Conselheira **CRISTIANA DE CASTRO MORAES – PRESIDENTE**

Conselheiro **DIMAS RAMALHO - VICE-PRESIDENTE**

Conselheiro **SIDNEY ESTANISLAU BERALDO - CORREGEDOR**

Conselheiro **ANTONIO ROQUE CITADINI**

Conselheiro **EDGARD CAMARGO RODRIGUES**

Conselheiro **RENATO MARTINS COSTA**

Conselheiro **ROBSON MARINHO**

Substituído pelos Auditores:

JOSUÉ ROMERO (de 20/10/2020 A 17/01/2020)

SILVIA MONTEIRO (a partir de 18/01/2021).

### PRIMEIRA CÂMARA: reúne-se às terças-feiras – 14h30m.

Conselheiro **ANTONIO ROQUE CITADINI - PRESIDENTE**

Conselheiro **EDGARD CAMARGO RODRIGUES**

Conselheiro **SIDNEY ESTANISLAU BERALDO**

### SEGUNDA CÂMARA: reúne-se às terças-feiras – 10h00m.

Conselheiro **DIMAS RAMALHO – PRESIDENTE**

Conselheiro **RENATO MARTINS COSTA**

Conselheiro **ROBSON MARINHO**

Substituído pelos Auditores:

JOSUÉ ROMERO (de 20/10/2020 A 17/01/2020)

SILVIA MONTEIRO (a partir de 18/01/2021).



*Utilize o QR CODE ao lado para obter maiores informações sobre a composição do Tribunal de Contas do Estado.*



## 2. DADOS CONSOLIDADOS DA DISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS:

### 2.1 FÍSICOS:

No 1º trimestre de 2021, foram distribuídos aos julgadores **98** processos físicos, conforme classificação abaixo.

Tabela 3 – Distribuição de Processos Físicos (Conselheiros e Auditores)

MATÉRIA	Conselheiros	Auditores	Total Geral
ACOMPANHAMENTO DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	1	0	1
ACOMPANHAMENTO DE GESTÃO FISCAL	1	0	1
AGRAVO	1	0	1
APARTADO DE PREFEITURA MUNICIPAL	0	4	4
CONTAS DE CÂMARA MUNICIPAL	1	0	1
CONTRATO	0	1	1
CONVÊNIO – REPASSES A ÓRGÃO PÚBLICO	1	0	1
CONVÊNIO – REPASSES PÚBLICOS TERCEIRO SETOR ENTIDADE PRIVADA	0	2	2
PRESTAÇÃO DE CONTAS – REPASSES TERCEIRO SETOR ENTIDADE PRIVADA CONVÊNIO	2	0	2
PRESTAÇÃO DE CONTAS – REPASSES TERCEIRO SETOR CONTRATO DE GESTÃO	4	0	4
PRESTAÇÃO DE CONTAS – REPASSES TERCEIRO SETOR TERMO DE PARCERIA	1	0	1
PRESTAÇÃO DE CONTAS – REPASSES TERCEIRO SETOR VALOR INFERIOR	4	1	5
PRESTAÇÃO DE CONTAS - REPASSES ÓRGÃOS PÚBLICOS CONVENIO	10	6	16
RECURSO ORDINÁRIO	56	0	56
RESCISÃO DE JULGADO	1	0	1
REVISÃO DE JULGADO	1	0	1
<b>TOTAL</b>	<b>84</b>	<b>14</b>	<b>98</b>



## 2.2 ELETRÔNICOS:

No 1º trimestre de 2021, foram distribuídos **8.471** processos eletrônicos, conforme classificação abaixo

Tabela 4 - Distribuição de Processos Eletrônicos (Conselheiros e Auditores)

MATÉRIA	GABINETE								Total Geral
	GCARC	GCECR	GCRMC	GCDER	GCSEB	GCRRM	CA	GP	
Ações	1				1			1	3
Adiantamentos	6	6	5	5	6	6			34
Atos de Pessoal	17	21	14	20	11	12	1122	2	1219
Balanço Geral do Exercício	100	23	38	43	22	58	663		947
Contas de Prefeitura	214	212	216	213	216	214		2	1287
Contas do Governador				1	6				7
Contratos	226	189	217	186	242	249	72	5	1386
Controle de Prazos	10	9	11	10	10	10	21		81
EPE	72	69	72	74	67	72		2	428
Expedientes	45	44	48	37	48	55	33	92	402
Expedientes do Ministério Público	30	36	19	31	31	24	34	60	265
Expedientes do Poder Judiciário	7	17	8	10	14	7	9	19	91
Instrução de Representação								12	12
Recursos	91	130	84	73	74	95	9	54	610
Relatório de Fiscalização	126	136	177	134	134	168			875
Repasses Públicos	99	100	72	75	82	117	213	10	768
Representação	3	3	1	3		2		1	13
Tomada de Contas - Previdência							43		43
<b>Total Geral</b>	<b>1047</b>	<b>995</b>	<b>982</b>	<b>915</b>	<b>964</b>	<b>1089</b>	<b>2219</b>	<b>260</b>	<b>8.471</b>

**TOTAL GERAL – PROCESSOS DISTRIBUÍDOS – FÍSICOS + ELETRÔNICOS 8.569**

## 2.3 CONTAS DO GOVERNADOR

A designação do relator das contas estaduais, em cumprimento ao previsto no artigo 38 do Regimento Interno, ocorre sempre no mês de janeiro de cada ano sob responsabilidade da Presidência da Corte e prevê que os processos referentes às contas do Governador do Estado obedecerão, na distribuição, ao sistema de rodízio, a começar dos Conselheiros mais antigos.

Tendo em vista tal critério, o **eminente Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo** foi designado para relatar as Contas do Governador do Estado de São Paulo referentes ao exercício de 2021.



### 3. DADOS CONSOLIDADOS DOS JULGAMENTOS

#### 3.1 PELO TRIBUNAL PLENO

No 1º trimestre do presente exercício, foram realizadas **9 (nove) Sessões Ordinárias**. Nessas sessões, o Tribunal Pleno:

- Apreciou **554 processos**, devidamente inseridos nas pautas de julgamento, publicadas na Imprensa Oficial.
- Analisou **453 representações** em Sede de Exame Prévio de Edital, quando o Tribunal, antecipadamente, aprecia editais de licitação lançados pelos órgãos jurisdicionados, sobre os quais recaem impugnações levadas ao conhecimento da Corte de Contas, antes do recebimento das propostas.

No período, o Egrégio Plenário se reuniu em **3 Sessões Virtuais** para tratar de assuntos internos de **natureza administrativa**.

#### 3.2 PELAS PRIMEIRA E SEGUNDA CÂMARAS

- A Primeira Câmara reuniu-se em **9 (nove) Sessões Ordinárias**, nas quais apreciou um total de **1.195 processos**;
- A Segunda Câmara reuniu-se em **9 (nove) Sessões Ordinárias**, nas quais apreciou um total de **1.114 processos**.

#### 3.3 PELOS CONSELHEIROS EM DECISÕES SINGULARES

No 1º trimestre de 2021 foram proferidas **476 sentenças**. Mencionadas decisões monocráticas foram devidamente publicadas no Diário Oficial do Estado, em respeito às normas legais que regem a matéria.

#### 3.4 PELO CORPO DE AUDITORES

O Corpo de Auditores é constituído por sete ocupantes do Cargo de Auditor, criado pela Lei Complementar nº 979, de 8 de dezembro de 2005.

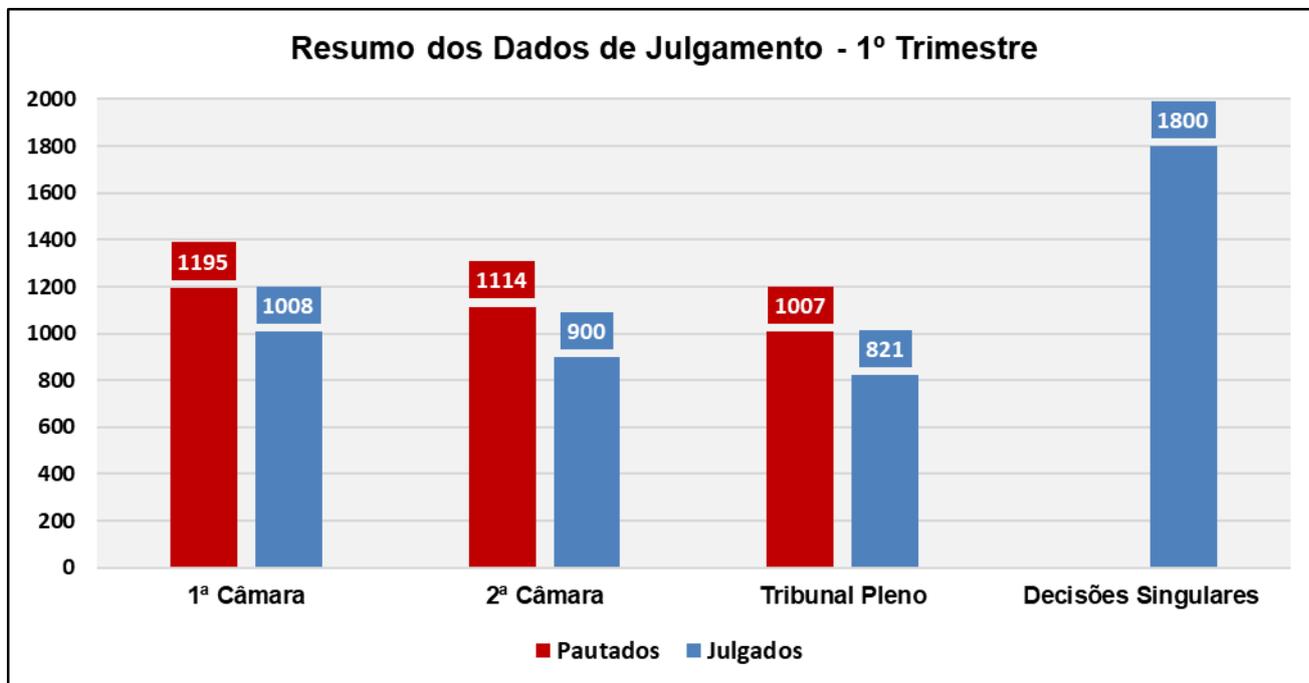
Dentre outras competências previstas no Regimento Interno e Resoluções nºs 01/2012, 03/2012, 02/2013 e 09/2014, ressalta-se a substituição dos Senhores Conselheiros em suas ausências e impedimentos.

No **1º Trimestre de 2021**, **1.324 autos** receberam julgamento por parte dos Senhores Auditores, enquanto **247** foram objeto de despacho de diferimento.



O gráfico abaixo sintetiza os processos apreciados e julgados pelos órgãos colegiados do Tribunal, bem como aqueles submetidos à decisão singular:

Gráfico 1 – Resumo dos Dados de Julgamento – 1º Trimestre





#### 4. MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS – MPC

O Ministério Público de Contas, instituído pela Lei Complementar 1.110/2010 junto a este Tribunal, conta com **09 Procuradores** e tem suas atribuições definidas no Capítulo VII do Regimento Interno do TCESP. No período, tramitaram pelo Ministério Público **7.556 processos**, incluindo físicos e eletrônicos.

#### 5. PROCURADORIA DA FAZENDA DO ESTADO – PFE

Na conformidade do artigo 5º da Lei Complementar nº 709/93, combinado com o artigo 60 do Regimento Interno, faz-se compulsório o trânsito pela Procuradoria da Fazenda do Estado (junto ao Tribunal de Contas) de todos os processos que envolvam utilização de recursos do Tesouro Estadual. No 1º Trimestre de 2021, a P.F.E se manifestou em **1.796 feitos**.

#### 6. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELAS ÁREAS TÉCNICAS DO TRIBUNAL

##### 6.1. SECRETARIA-DIRETORIA GERAL – SDG

Compete à Secretaria-Diretoria Geral a responsabilidade de supervisionar ações da fiscalização exercidas pelo Tribunal, bem como dar assistência às sessões do Tribunal Pleno e Câmaras, na conformidade do disposto nos Artigos 211 a 213, do Regimento Interno.

O Secretário-Diretor Geral, no trimestre, manifestou-se em **1.307 processos**.

##### 6.1.1. Pauta (SDG-3), Taquigrafia (SDG-1) e Jurisprudência (SDG-4).

Os Setores de Pauta, Taquigrafia e Jurisprudência, subordinados à SDG, são responsáveis pela inclusão dos processos na Ordem do Dia, pela publicação e acompanhamento das pautas de julgamento, com a elaboração dos serviços de taquigrafia que condensam todos os relatórios e discussões que precedem os julgamentos nas sessões, bem como pela elaboração de atas e notas taquigráficas.

Responsabilizam-se, também, pela pesquisa e elaboração de certidões e administração da relação de responsáveis por contas julgadas irregulares, disponibilizada à Justiça Eleitoral.

Considerando a 1ª Câmara, 2ª Câmara e o Tribunal Pleno, foram pautados, no período, **3.316 processos**, dos quais **402** resultaram em notas taquigráficas.

A seção de Jurisprudência, em cumprimento à Resolução CNJ nº 156/12, emitiu **3.100 certidões**, todas em meio eletrônico.



### 6.1.2. Departamentos de Supervisão e Fiscalização - DSF's I e II

Aos Departamentos de Supervisão e Fiscalização I e II, que respondem à SDG, estão afetas **10 Diretorias de Fiscalização (DF's)**, **01 Diretoria de Contas do Governador (DCG)** e **20 Unidades Regionais (UR's)**.

Considerando as áreas municipais e estaduais, foram instruídos **22.970 processos** por ambos os Departamentos de Supervisão e Fiscalização.

Tabela 5 – Processos Instruídos – DSFs.

Tipo de Processo	Quantidade
Processos Físicos	<b>1.182</b>
Processos Eletrônicos	<b>21.788</b>

Tais processos instruídos referem-se ao seguinte quantitativo de entes jurisdicionados:

Tabela 6 - Jurisdicionados Estaduais Fiscalizados

FISCALIZAÇÕES ESTADUAIS	JAN	FEV	MAR	TOTAL
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA	-	1	-	<b>1</b>
AUTARQUIA ESTADUAL	-	1	3	<b>4</b>
ECONOMIA MISTA ESTADUAL	-	1	-	<b>1</b>
EMPRESA PÚBLICA ESTADUAL	-	-	-	-
ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA ESTADUAL	-	-	-	-
FUNDAÇÃO ESTADUAL DE APOIO	-	1	1	<b>2</b>
FUNDAÇÃO ESTADUAL CONVENIADA	-	-	1	<b>1</b>
FUNDAÇÃO ESTADUAL TÍPICA	-	1	-	<b>1</b>
MINISTÉRIO PÚBLICO	-	2	1	<b>3</b>
SECRETARIA	-	2	4	<b>6</b>
TRIBUNAL	-	1	1	<b>2</b>
UNIDADE ADMINISTRATIVA - AUTARQUIA	-	46	19	<b>65</b>
UNIDADE ADMINISTRATIVA - FUNDAÇÃO	-	6	3	<b>9</b>
UNIDADE DE SECRETARIA / UGE	18	590	170	<b>778</b>
ENTIDADE GERENCIADA - OSE	-	5	5	<b>10</b>
ORGANIZAÇÃO SOCIAL	-	2	1	<b>3</b>
	<b>18</b>	<b>659</b>	<b>209</b>	<b>886</b>



Tabela 7 - Jurisdicionados Municipais Fiscalizados

FISCALIZAÇÕES MUNICIPAIS	JAN	FEV	MAR	TOTAL
ASSOCIAÇÃO CIVIL MUNICIPAL	-	-	-	-
AUTARQUIA MUNICIPAL	1	1	27	29
CÂMARA MUNICIPAL	2	1	124	127
CONSÓRCIO MUNICIPAL	-	2	5	7
ECONOMIA MISTA MUNICIPAL	-	-	-	-
EMPRESA PÚBLICA MUNICIPAL	-	2	2	4
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE APOIO	-	-	2	2
FUNDAÇÃO MUNICIPAL CONVENIADA	-	-	-	-
FUNDAÇÃO MUNICIPAL TÍPICA	-	2	5	7
ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL	1	-	6	7
FUNDO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL	-	-	1	1
ORGANIZAÇÃO SOCIAL MUNICIPAL	-	3	5	8
ENTIDADE GERENCIADA - OSE	1	3	15	19
ENTIDADE CONVENIADA MUNICIPAL	-	2	-	2
PREFEITURA MUNICIPAL	10	25	31	66
	15	41	223	279

Os processos instruídos eletronicamente, predominantes, apresentam a seguinte segmentação por matéria, tanto na esfera estadual como municipal:

Gráfico 2 - Processos Eletrônicos Instruídos - Área Estadual

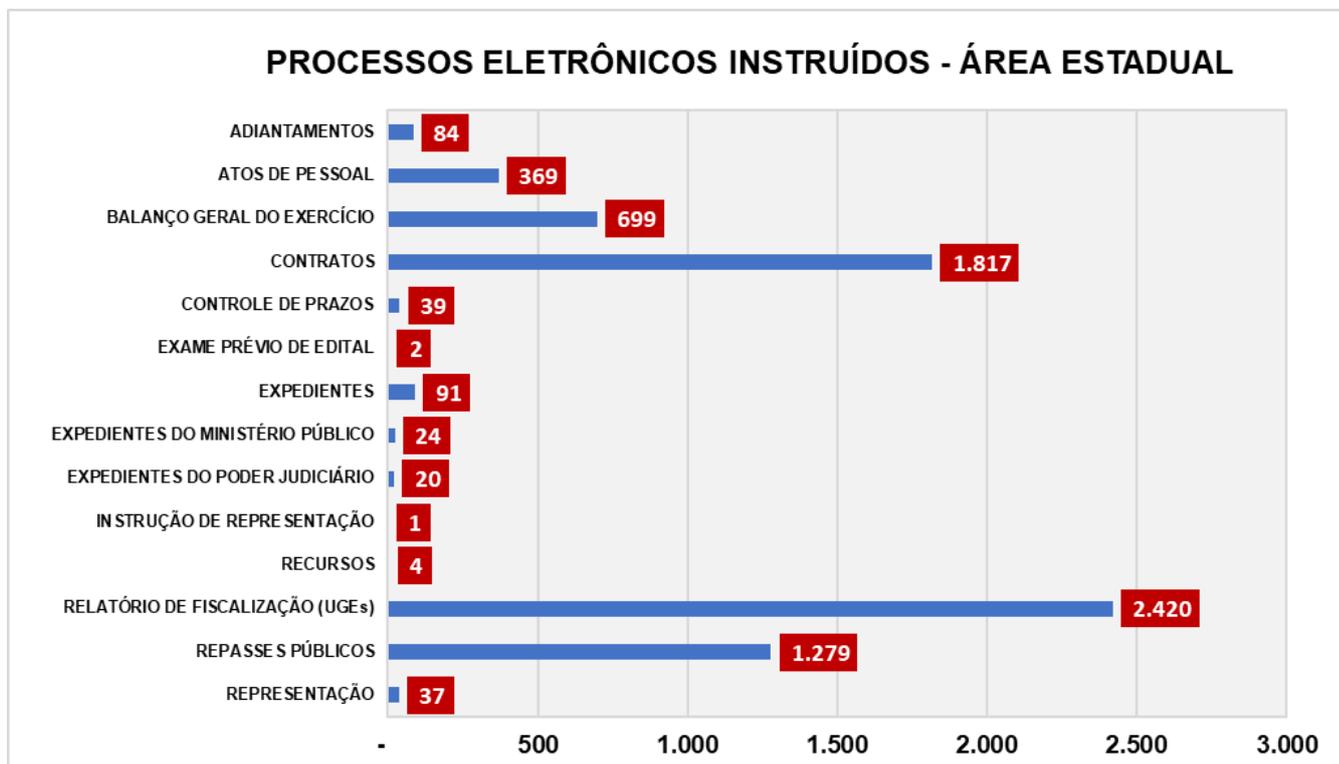
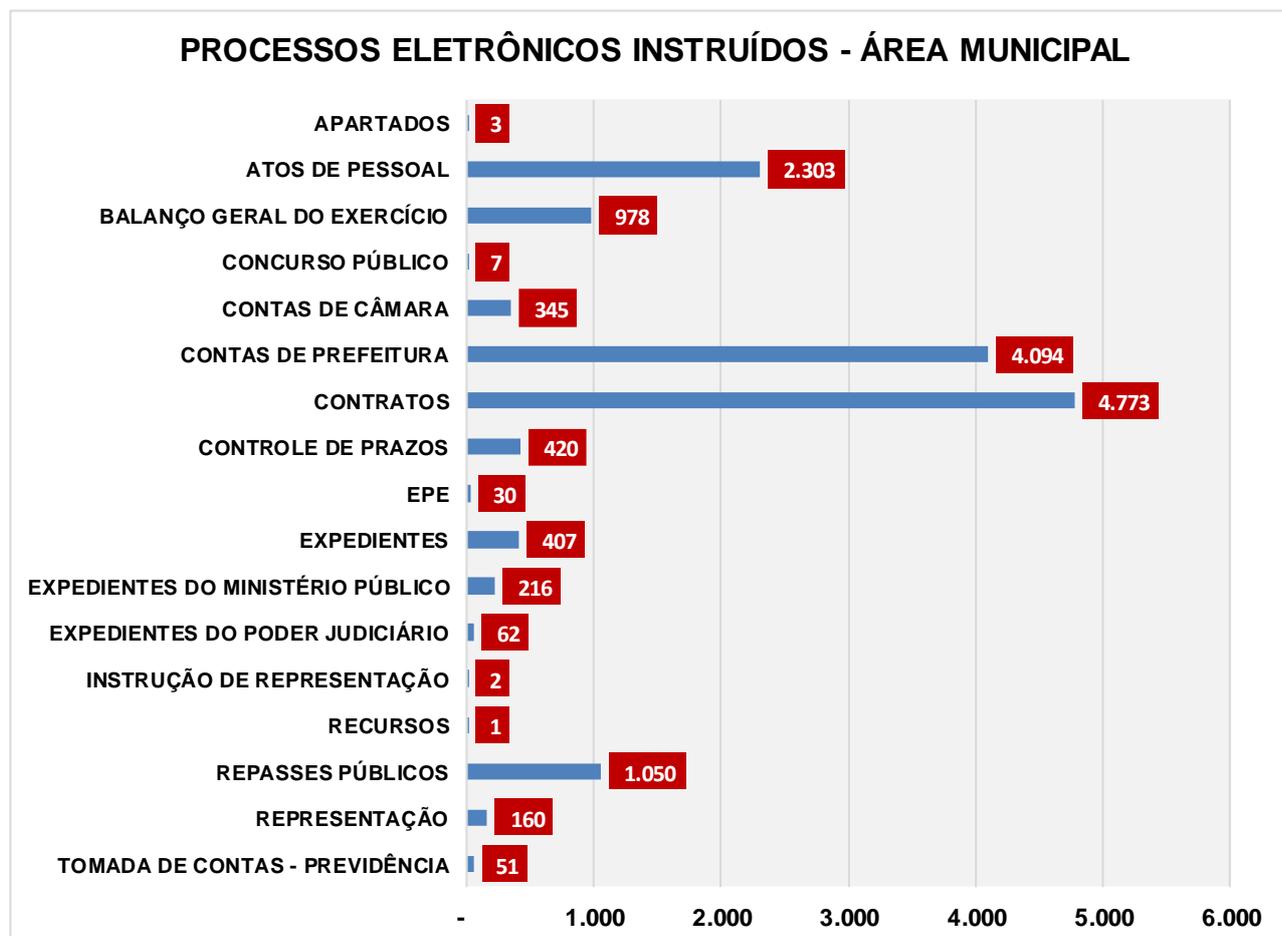


Gráfico 3 - Processos Eletrônicos Instruídos - Área Municipal



\* Incluídos no total de processos relacionados às Contas de Prefeitura os expedientes de acompanhamento especial de gastos relacionados à Pandemia, bem como aqueles com informações extraídas das Fiscalizações Ordenadas.

#### 6.1.2.1. Núcleo de Acompanhamento de Execução Contratual – NAEC

Criado pelo Ato GP nº 12/2014, e subordinado aos Departamentos de Supervisão da Fiscalização I e II, o NAEC é responsável pela verificação e avaliação da execução contratual em procedimentos de fiscalização de ajustes celebrados pelas Administração - Estadual e Municipal - para contratação de obras e serviços de engenharia.

No trimestre, dos ajustes já eleitos pelas Diretorias de Fiscalização e Unidades Regionais, por meio de sistema próprio, o NAEC selecionou para análise específica **10 novas contratações de obras e serviços de engenharia**, tendo, no mesmo período, instruído **53 processos** da mesma natureza. No fim de março, o Núcleo registrou um total de **452 autos sob seu acompanhamento**.

#### 6.1.3. Assessoria Técnico Jurídica – ATJ

Área técnica, subordinada à Secretaria-Diretoria Geral, é responsável pela análise dos aspectos jurídicos, econômicos e de engenharia. No trimestre, a Assessoria Técnico Jurídica exarou **5.011 manifestações** em processos que lhe foram submetidos.



#### 6.1.4. Divisão de Auditoria Eletrônica – AUDESP

A Divisão de Auditoria Eletrônica é a área responsável pelo gerenciamento, manutenção e desenvolvimento do Sistema AUDESP que coleta, por meio da tecnologia da informação, dados orçamentários, contábeis, financeiros, patrimoniais e operacionais das entidades jurisdicionadas. Este sistema permitiu maior dinamismo nos trabalhos e a qualidade dos dados, e como consequência natural, elevou o grau de eficiência e eficácia desta Corte de Contas no cumprimento da sua missão constitucional de fiscalizar e controlar as contas públicas paulistas, em benefício da sociedade.

A Divisão de Auditoria Eletrônica também subsidia e apoia a ação fiscalizatória do Tribunal, por meio de indicadores e informações estratégicas que direcionam o planejamento da inspeção nos órgãos jurisdicionados.

No primeiro trimestre de 2021 a Divisão de Auditoria Eletrônica – Audeps efetuou **1.816 atendimentos** sobre questões referentes ao próprio Sistema AUDESP – Módulos I, II, III e IV, bem como ao IEGM – Índice de Efetividade da Gestão Municipal.

A Divisão, no período, também trabalhou na incorporação de melhorias aos painéis de cruzamento de dados, como o **Projeto Ares**, que efetua análises de redes societárias, atuando ainda na implementação do **Projeto Águila**, que emitirá alertas para subsídio dos trabalhos de fiscalização.

Foram ainda conduzidas atividades relacionadas à coleta de dados do **IEG-M 2021** (ano base 2020) e **IEG-Prev 2021** (ano base 2020), bem como à publicação do novo **Infosite do IEG-M** com dados até 2019.



## 6.2. DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

Departamento subordinado à Presidência e responsável pela atividade meio do TCESP (Área Administrativa). É composto por 02 Seções de Apoio Administrativo (DGA-1 e DGA-2) e 10 Diretorias.

O Diretor Geral de Administração, no trimestre, manifestou-se em **1.541 processos**.

### 6.2.1. Diretoria de Contabilidade e Finanças

Responsável pela execução orçamentária do Tribunal. Efetua o acompanhamento sistemático do orçamento aprovado por lei, com ênfase à receita e despesa realizadas, por período, apresentando relatórios à Presidência.

#### 6.2.1.1. Planejamento e Orçamento

O Orçamento do Estado para o corrente exercício, aprovado pela Lei n.º 17.309, de 29 de dezembro de 2020, que “Orça a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício de 2021” foi elaborado em observância à Lei n.º 17.286, de 20 de agosto de 2020 que “Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para 2021”.

A dotação para as despesas deste Tribunal foi fixada em **R\$ 1.030.537.561,00**, sendo **R\$ 1.027.263.065,00** para Despesas Correntes (inclusive Pessoal e Encargos) e **R\$3.274.496,00** para as Despesas de Capital.

O processo de execução do Orçamento do Estado é regulamentado pela Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964 e obedece às normas estabelecidas para o exercício, quais sejam, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei n.º 17.286/20), o Decreto N.º 64.488, de 22 de janeiro de 2021, que fixa normas para a Execução Orçamentária e Financeira do Exercício de 2021 e a Portaria Conjunta SO-SPOF-1, de 28 de janeiro de 2021.

A Programação Orçamentária da Despesa do Estado - PODE é a constante do Anexo do Decreto de Execução Orçamentária e Financeira do exercício de 2021 (Decreto n.º 64.488/2021) e reflete as dotações orçamentárias aprovadas na Lei do Orçamento.



Com relação às alterações orçamentárias ocorridas até o presente momento, foram concedidas suplementações ao orçamento vigente, com recursos provenientes do excesso de arrecadação, incluindo a receita diferida, da Fonte 3 – Recursos Próprios do Fundo Especial de Despesa do TCE, devidamente confirmados pela Secretaria da Fazenda, no valor total de **R\$ 4.900.000,00**, através dos expedientes gerados no Sistema de Alterações Orçamentárias – SAO da Secretaria de Planejamento e Gestão, conforme a seguir:

**1. Expediente SAO n.º 02001/2021-4-0001**, concluído em 10/02/2021, no valor total de **R\$4.900.000,00**, com recursos provenientes do excesso de arrecadação da Fonte 3 – Recursos Próprios do Fundo Especial de Despesa, confirmados na Informação CAF n.º020030-1/2021, de 05/02/2021, na seguinte conformidade: **R\$3.000.000,00** na Ação 1.361 - Plano de Investimentos do TCE, para modernização de elevadores do TCESP (SEI n.º 2931/2019-61 e **R\$ 1.900.000,00** na Ação 4.821, Controle e Fiscalização Financeira e Orçamentária que serão utilizados na reforma da UR-03 –Campinas (SEI n.º 5037/2020-86) e da UR-11 – Fernandópolis (SEI n.º 1861/2020-67).

Os quadros a seguir demonstram a Programação Inicial dos recursos destinados ao Tribunal de Contas, no Orçamento do Estado para 2021, em seguida a Execução Orçamentária, detalhando as alterações mensais na programação inicial, bem como os valores Empenhados e Realizados até o mês de março do corrente exercício.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO  
RELATÓRIO TRIMESTRAL – 1º TRIMESTRE DE 2021 – JANEIRO – FEVEREIRO - MARÇO

Tabela 8 - Programação Inicial – Orçamento Exercício 2021 – Despesas Correntes

DESPESAS CORRENTES						
MÊS	PESSOAL	OUTRAS CORRENTES			TOTAL	TOTAL
	FONTE 1	FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	OUTRAS	CORRENTES
Janeiro	77.771.234	7.600.839	198.913	-	7.799.752	85.570.986
Fevereiro	77.771.234	7.600.839	198.913	-	7.799.752	85.570.986
Março	77.771.234	7.600.839	198.913	-	7.799.752	85.570.986
Abril	77.771.234	7.600.839	198.913	-	7.799.752	85.570.986
Mai	77.771.234	7.600.839	198.913	-	7.799.752	85.570.986
Junho	77.771.234	7.600.839	198.913	-	7.799.752	85.570.986
Julho	77.771.234	7.600.839	198.913	-	7.799.752	85.570.986
Agosto	77.771.234	7.600.839	198.913	-	7.799.752	85.570.986
Setembro	77.771.234	7.600.839	198.913	-	7.799.752	85.570.986
Outubro	77.771.234	7.600.839	198.913	-	7.799.752	85.570.986
Novembro	77.771.234	7.600.839	198.913	-	7.799.752	85.570.986
Dezembro	78.144.765	7.637.563	199.891	-	7.837.454	85.982.219
<b>TOTAL</b>	<b>933.628.339</b>	<b>91.246.792</b>	<b>2.387.934</b>	<b>-</b>	<b>93.634.726</b>	<b>1.027.263.065</b>

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais

Tabela 9 - Programação Inicial – Orçamento Exercício 2021 – Despesas de Capital

DESPESAS DE CAPITAL					
MÊS				TOTAL	TOTAL
	FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	CAPITAL	GERAL
Janeiro	0	272.764	-	272.764	85.843.750
Fevereiro	0	272.764	-	272.764	85.843.750
Março	0	272.764	-	272.764	85.843.750
Abril	0	272.764	-	272.764	85.843.750
Mai	0	272.764	-	272.764	85.843.750
Junho	0	272.764	-	272.764	85.843.750
Julho	0	272.764	-	272.764	85.843.750
Agosto	0	272.764	-	272.764	85.843.750
Setembro	0	272.764	-	272.764	85.843.750
Outubro	0	272.764	-	272.764	85.843.750
Novembro	0	272.764	-	272.764	85.843.750
Dezembro	0	274.092	-	274.092	86.256.311
<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>3.274.496</b>	<b>-</b>	<b>3.274.496</b>	<b>1.030.537.561</b>

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO  
RELATÓRIO TRIMESTRAL – 1º TRIMESTRE DE 2021 – JANEIRO – FEVEREIRO - MARÇO

Tabela 10 - Programação Inicial Atualizada - Orçamento Exercício 2021 - Despesas Correntes

DESPESAS CORRENTES						
MÊS	PESSOAL	OUTRAS CORRENTES			TOTAL	TOTAL
		FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	OUTRAS	CORRENTES
Janeiro	77.771.234	7.600.839	198.913	-	7.799.752	85.570.986
Fevereiro	77.771.234	7.600.839	2.098.913	-	9.699.752	87.470.986
Março	77.771.234	7.600.839	198.913	-	7.799.752	85.570.986
Abril	77.771.234	7.600.839	198.913	-	7.799.752	85.570.986
Maio	77.771.234	7.600.839	198.913	-	7.799.752	85.570.986
Junho	77.771.234	7.600.839	198.913	-	7.799.752	85.570.986
Julho	77.771.234	7.600.839	198.913	-	7.799.752	85.570.986
Agosto	77.771.234	7.600.839	198.913	-	7.799.752	85.570.986
Setembro	77.771.234	7.600.839	198.913	-	7.799.752	85.570.986
Outubro	77.771.234	7.600.839	198.913	-	7.799.752	85.570.986
Novembro	77.771.234	7.600.839	198.913	-	7.799.752	85.570.986
Dezembro	78.144.765	7.637.563	199.891	-	7.837.454	85.982.219
<b>TOTAL</b>	<b>933.628.339</b>	<b>91.246.792</b>	<b>4.287.934</b>	-	<b>95.534.726</b>	<b>1.029.163.065</b>

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais

Tabela 11 - Programação Inicial Atualizada - Orçamento Exercício 2021 - Despesas de Capital

DESPESAS DE CAPITAL					
MÊS				TOTAL	TOTAL
	FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	CAPITAL	CORRENTE+CAPITAL
Janeiro	0	272.764	-	272.764	85.843.750
Fevereiro	0	3.272.764	-	3.272.764	90.743.750
Março	0	272.764	-	272.764	85.843.750
Abril	0	272.764	-	272.764	85.843.750
Maio	0	272.764	-	272.764	85.843.750
Junho	0	272.764	-	272.764	85.843.750
Julho	0	272.764	-	272.764	85.843.750
Agosto	0	272.764	-	272.764	85.843.750
Setembro	0	272.764	-	272.764	85.843.750
Outubro	0	272.764	-	272.764	85.843.750
Novembro	0	272.764	-	272.764	85.843.750
Dezembro	0	274.092	-	274.092	86.256.311
<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>6.274.496</b>	-	<b>6.274.496</b>	<b>1.035.537.561</b>

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais



Tabela 12 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2021 – Empenhado – Despesas Correntes

DESPESAS CORRENTES						
MÊS	PESSOAL	OUTRAS CORRENTES			TOTAL	TOTAL
		FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	OUTRAS	CORRENTES
Janeiro	74.658.684,76	5.253.313,71	-	-	5.253.313,71	79.911.998,47
Fevereiro	70.449.428,31	28.966.216,10	910.076,04	-	29.876.292,14	100.325.720,45
Março	75.539.084,37	10.304.805,10	389.073,57	-	10.693.878,67	86.232.963,04
<b>TOTAL</b>	<b>220.647.197,44</b>	<b>44.524.334,91</b>	<b>1.299.149,61</b>	-	<b>45.823.484,52</b>	<b>266.470.681,96</b>

(Valores em R\$ 1)

**Fonte 1** – Tesouro do Estado

**Fonte 3** – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

**Fonte 5** – Recursos Vinculados Federais

Tabela 13 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2021 – Empenhado – Despesas de Capital

DESPESAS DE CAPITAL					
MÊS				TOTAL	TOTAL
	FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	CAPITAL	GERAL
Janeiro	-	610,00	-	610,00	79.912.608,47
Fevereiro	-	3.064.664,22	-	3.064.664,22	103.390.384,67
Março	-	84.326,00	-	84.326,00	86.317.289,04
<b>TOTAL</b>	-	<b>3.149.600,22</b>	-	<b>3.149.600,22</b>	<b>269.620.282,18</b>

(Valores em R\$ 1)

**Fonte 1** – Tesouro do Estado

**Fonte 3** – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

**Fonte 5** – Recursos Vinculados Federais



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO  
RELATÓRIO TRIMESTRAL – 1º TRIMESTRE DE 2021 – JANEIRO – FEVEREIRO - MARÇO

Tabela 14 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2021 – Realizado – Despesas Correntes

DESPESAS CORRENTES						
MÊS	PESSOAL	OUTRAS CORRENTES			TOTAL	TOTAL
		FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	OUTRAS	CORRENTES
Janeiro	74.658.684,76	2.995.870,81	-	-	2.995.870,81	77.654.555,57
Fevereiro	69.750.428,31	4.992.210,04	58.813,90	-	5.051.023,94	74.801.452,25
Março	75.556.203,02	5.889.877,54	80.573,05	-	5.970.450,59	81.526.653,61
<b>TOTAL</b>	<b>219.965.316,09</b>	<b>13.877.958,39</b>	<b>139.386,95</b>	<b>-</b>	<b>14.017.345,34</b>	<b>233.982.661,43</b>

(Valores em R\$ 1)

**Fonte 1** – Tesouro do Estado

**Fonte 3** – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

**Fonte 5** – Recursos Vinculados Federais

Tabela 15 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2021 – Realizado – Despesas de Capital

DESPESAS DE CAPITAL					
MÊS				TOTAL	TOTAL
	FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	CAPITAL	GERAL
Janeiro	-	-	-	-	77.654.555,57
Fevereiro	-	-	-	-	74.801.452,25
Março	-	610,00	-	610,00	81.527.263,61
<b>TOTAL</b>	<b>-</b>	<b>610,00</b>	<b>-</b>	<b>610,00</b>	<b>233.983.271,43</b>

(Valores em R\$ 1)

**Fonte 1** - Tesouro do Estado

**Fonte 3** - Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

**Fonte 5** - Recursos Vinculados Federais

Em cumprimento ao disposto no artigo 170, parágrafo 2º, da Constituição do Estado de São Paulo, o Balancete Bimestral da Execução Orçamentária do Tribunal de Contas, referente ao 1º bimestre, foi publicado no Diário Oficial do Estado do dia 31 de Março de 2021.



### 6.3. DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Subordinado à Presidência e composto pela Seção Técnica de Gestão e Relacionamento - DTI-1; Seção Técnica de Segurança da Informação - DTI-2; Divisão de Sistemas – DSIS; e Divisão de Tecnologia – DTEC, presta assessoria na área de Informática sendo responsável pela análise e acompanhamento de todas as atividades voltadas à tecnologia da informação, como testes de segurança de sistemas; homologação de softwares; operação e monitoramento de sistemas; implementação de novas soluções de tecnologia; gerencia a plataforma de envio e recebimento de e-mails corporativos e guarda, manutenção e distribuição de equipamentos.

No trimestre, o Departamento atuou no apoio técnico à **1ª Fiscalização Ordenada de 2021**, cujo tema foi a avaliação do **Serviço de Ouvidorias dos Municípios**, realizada de forma integralmente remota.

Quanto ao desenvolvimento e manutenção de sistemas, o DTI, no trimestre, incorporou melhorias técnicas aos **Questionários Eletrônicos COVID-19 (obtenção dos dados de jurisdicionados quanto ao enfrentamento da pandemia)**, assim como ao **Painel de Saneamento Básico**.

No período, também atuou na inclusão de novas funcionalidades aos sistemas relacionados aos **Índices de Efetividade da Gestão (IEGM e IEG-Prev)**, como novas regras de análises e rotinas de cálculo.

Com relação ao serviço de atendimento ao usuário, o DTI realizou **4.235 atendimentos telefônicos**, sendo **1.933 para usuários internos e 2.197 para usuários externo**. No período também foram gerados **6.276 chamados de atendimento**, com um total de **6.367 finalizados**.



#### 6.4. GTP – GABINETE TÉCNICO DA PRESIDÊNCIA

Subordinado à Presidência, é responsável pelo Assessoramento no exame preliminar dos pressupostos de recursos, ações de rescisão e revisão, representações e expedientes diversos. Atua na área do contencioso, representando o Tribunal de Contas nos feitos judiciais.

O GTP, no primeiro trimestre, elaborou **1.226 manifestações em processos e expedientes físicos e eletrônicos**, compreendendo a análise da admissibilidade de consultas, recursos diversos, ações de revisão e rescisão de julgado, bem como a verificação e respectivo envio de informações encaminhadas por órgãos públicos, comunicações de irregularidades, representações, matérias relacionadas a pessoal e licitações processadas por este Tribunal.

O Contencioso-GTP prestou informações à Procuradoria Geral do Estado em **34 processos e expedientes físicos**. Além disso, o setor procedeu ao acompanhamento de **778 ações** em que este Tribunal se situa no polo passivo, e de **25 processos judiciais** em que a Corte atua no polo ativo, promovendo manifestações sempre que oportuno.

Ao GTP também se encontra vinculada a **Escola Paulista de Contas Públicas** que, no trimestre, realizou **78 eventos**, dentre reuniões, cursos e produção de podcasts. Destacam-se:

- 25º Ciclo Anual de Aperfeiçoamento do Pessoal da Fiscalização - CAAPEFIS;
- Encontro online de Prefeitos e Presidentes de Câmaras Municipais - 2021/2024;
- Seminário: Novo Marco Regulatório do Saneamento Básico - Aspectos Gerais da Lei nº 14.026/20, de 15/07/20;
- Processo Eletrônico: Live Gerenciamento e Controle de Processos Eletrônicos - Aspectos Práticos Processo Eletrônico.

**A Biblioteca do TCESP** – subordinada à EPCP – **realizou 535** atendimentos, todos remotos, incluindo pesquisas e respostas a consultas.



Tabela 16 - Atividades da EPCP - 1º Trimestre

1º Trimestre - 2021	Quantidade de Eventos	Número de Participantes
Reuniões Pedagógicas	45	405
Cursos e Eventos promovidos pela EPCP e/ou outros setores do TCESP	25	3945
Cursos e Eventos Promovidos por outros Tribunais de Contas/Instituições	2	24.510
Podcast PodContas	6	-
<b>Total</b>	<b>78</b>	<b>25.692</b>

#### 6.5. CENTRO DE GESTÃO DO E-TCESP

Instituído pelo Ato GP nº 11/2012, o Centro de Gestão do e-TCESP é responsável, dentre outras incumbências, pelo planejamento, organização, coordenação, aperfeiçoamento e controle das atividades voltadas ao desenvolvimento do Sistema de Processo Eletrônico da Corte.

No trimestre, o quadro geral das atividades conduzidas pelo Centro de Gestão do e-TCESP apresenta os seguintes números consolidados:

Tabela 17 – Atividades do Centro de Gestão do e-TCESP no trimestre.

	Descrição	Jan	Fev	Mar	Total
<b>Atendimentos</b>	Telefone	220	309	427	956
	Fale Conosco	423	791	636	1850
	“Web”	216	261	339	816
	“Phone”	10	9	13	32
	E-mail	25	37	20	82
	Outros	172	484	264	920
<b>Cópias Digitais (CDs) – Íntegras de Processos</b>		127	217	363	278
<b>Envio de e-mails (Comunicados)</b>		350	100	80	120
<b>Cadastros</b>	Advogados	132	179	231	542
	Partes	253	603	414	1270
	Órgãos	12	10	13	35
	Participação <b>PILOTO</b> <sup>1</sup>	2	3	1	6
	Processos Cadastrados <b>PILOTO</b>	5	4	14	23
	Liberação do <b>PILOTO</b> para Produção	1	1	3	5

<sup>1</sup> Participação Piloto: participação realizada pelos órgãos jurisdicionados, em caráter de teste, para autuação direta de contratos pela própria parte, eletronicamente, sem necessidade de remessa de mídia digital ao TCE.

Em relação às atividades sistêmicas, voltadas ao desenvolvimento, evolução e manutenção do e-TCESP, destacam-se:

- RADAR e-TCESP: desenvolvimento, testes e homologação de nova versão dos dashboards de Gabinetes, Áreas Técnicas e DSFs.
- Desenvolvimento e testes de interface para consumo de serviço para consulta ao CADNACIONAL a ser disponibilizado pelo DTI
- Ajustes nas competências de distribuição pelo GP para atendimento à Resolução 02/2021, bem como extração de planilha contendo o resumo de todos os processos abarcados pela referida norma.

## 6.6. OUVIDORIA

Instituída pela Resolução nº 03/2015 – DOE 12/03/2015 – realizou **1.768 atendimentos** neste Trimestre.

A Ouvidoria também é responsável pelo **Serviço de Informação ao Cidadão SIC**, que, no período, processou **70 pedidos** de informações. Abaixo quadro resumo dos atendimentos realizados:

### Portal WEB



Ouvidoria

1.127  
Solicitações

### WhatsApp



460  
Solicitações

### Presencial



1  
Solicitações

### 0800



110  
Solicitações

### e-SIC



70  
Solicitações

Registre-se ainda o total de **6.312 solicitações** de suporte técnico a sistemas efetuadas por cidadãos e jurisdicionados por meio do Portal da Ouvidoria. Estas solicitações foram devidamente encaminhadas às áreas técnicas da Corte, responsáveis por tais atendimentos.

## 6.7. COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Compete à Coordenadoria de Comunicação Social do TCE-SP desenvolver ações de comunicação que valorizem a missão constitucional do TCE-SP. A unidade, também subordinada à Presidência, é encarregada de produzir as informações necessárias à divulgação pública das decisões do TCE-SP e iniciativas institucionais.

No 1º trimestre, foram produzidas pela CCS:

- **118 matérias** noticiando julgamentos de processos (envolvendo decisões das Câmaras e do Pleno) e institucionais (sobre agenda, seminários, cursos, artigos e eventos internos e externos);
- **45 edições** de notícias públicas no Diário Oficial do Estado;
- **12 edições** da Newsletter “Notícias do Plenário”, com periodicidade semanal, contendo as principais notícias e links das decisões/julgamentos das Câmaras e Tribunal Pleno.

A tabela a seguir apresenta os principais dados relativos às Redes Sociais em que o TCE-SP se faz presente:



Aumento de 52 curtidas e 102 seguidores no trimestre. A página registra 14.697 curtidas de página e 17.959 seguidores desde a abertura da conta oficial do TCE-SP no Facebook em 2013.



O perfil registrou 259 novos tweets no trimestre e 56 novos seguidores. Totaliza 8.096 tweets (mensagens encaminhadas) desde 2009 (abertura da conta oficial do TCE-SP no Twitter) e 4.884 seguidores.



O canal registrou 312 novos inscritos no trimestre e 31.645 visualizações adicionais. São 6.652 inscritos desde a abertura da conta oficial do TCE-SP no YouTube em 2013 e 354.400 visualizações.



14.765 fotos postadas desde abertura da conta oficial do TCE-SP no Flickr em 2015. Encontra-se em andamento a organização de fotos registradas no primeiro trimestre, razão pela qual o canal não recebeu novas imagens em comparação com o 4º trimestre de 2020.



O perfil registrou 205 postagens novas em relação ao trimestre anterior, com aumento de 469 seguidores. São 632 publicações desde a abertura da conta oficial do TCE-SP no Instagram em 2016, com 3.483 seguidores.



## 6.8. REVISTA DO TCE

O Tribunal lançou no período a Edição nº 147 da Revista do TCE, que, dentre outros assuntos, destaca o **'Painel de Saneamento Básico'**, com um raio-X do setor e um panorama da situação dos 644 municípios paulistas fiscalizados pela Corte.

A revista traz ainda informações sobre a eleição da nova Mesa Diretiva do órgão para o exercício de 2021, realizada, pela primeira vez, de forma virtual.

Dentre outras matérias, a edição veicula ações e medidas adotadas pelo Tribunal no enfrentamento da pandemia – a exemplo do Protocolo Digital e do Sistema de Agendamento para consulta de processos físicos – e um balanço sobre as obras atrasadas e paralisadas no Estado na área da Saúde.

Acompanhada por mais de 8,5 mil pessoas, a XVIII edição da Semana Jurídica do TCESP também é destaque da edição nº 147.

A Revista do TCESP traz ainda a publicação de artigos produzidos por servidores da Casa, além da íntegra de votos que foram objeto de destaque durante as sessões de julgamento.

## 6.9. ASSESSORIA POLICIAL MILITAR DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

A Polícia Militar do Estado de São Paulo atua junto ao TCE pela presença da unidade APMTCE - Assessoria Policial Militar do Tribunal de Contas do Estado, que, além das funções próprias de assessoramento, executa ações de segurança pública e atendimento à população por meio do posto policial instalado nas dependências da Corte.

## 6.10. CERIMONIAL

Compete ao Cerimonial acompanhar a agenda do Presidente (e Conselheiros, quando solicitado), participando da elaboração de roteiros relacionados a visitas externas, eventos e viagens de caráter institucional. Atua, ainda, na recepção de autoridades que visitam o TCESP.

No 1º trimestre de 2021 o Cerimonial se fez presente em **3 eventos internos, 2 eventos externos, além de atuado em 1 audiência interna.**



## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

São esses, em síntese, os dados consolidados do **1º Trimestre de 2021**, decorrentes de atividades de natureza administrativa e do efetivo exercício do controle externo confiado ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

**CRISTIANA DE CASTRO MORAES**  
**PRESIDENTE**



## 8. ANEXO – COMUNICADOS EXPEDIDOS PELO TCE-SP

Objetivando difundir novas ações, procedimentos e demais informações afetas às ações fiscalizatórias desta Corte, o Tribunal de Contas do Estado exarou comunicados destinados aos jurisdicionados e ao público em geral, que seguem abaixo e podem ser acessados na página do TCESP, no seguinte endereço:

<http://www4.tce.sp.gov.br/comunicados>

Tabela 18 – Comunicados expedidos pelo GP

COMUNICADOS GP			
Área	Comunicado	Título	D.O.E.
GP	10/2021	LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 31/03/2021	01/04/2021
GP	09/2021	LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 24/03/2021	25/03/2021
GP	08/2021	Expediente no Período de Antecipação de Feriados Municipais.	25/03/2021
GP	07/2021	LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 17/03/2021	18/03/2021
GP	06/2021	LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 10/03/2021	11/03/2021
GP	05/2021	LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 03/03/2021	04/03/2021
GP	04/2021	LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 24/02/2021	25/05/2021
GP	03/2021	LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 17/02/2021	18/02/2021
GP	02/2021	LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 10/02/2021	11/02/2021
GP	01/2021	LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 03/02/2021	04/02/2021



Tabela 19 – Comunicados expedidos pela SDG

COMUNICADOS SDG			
Área	Comunicado	Título	D.O.E.
SDG	15/2021	Processo de Acompanhamento Especial	29/03/2021
SDG	14/2021	Questionário do Ensino - Prefeituras - Preenchimento	09/03/2021
SDG	13/2021	Questionários Gestão de Enfrentamento da COVID-19 - Inadimplentes	09/03/2021
SDG	12/2021	Relação de órgãos ou entidades impedidas de novos recebimentos	03/03/2021
SDG	11/2021	Atividades do Departamento de Tecnologia da Informação (DTI) 4º Tri e AUDESP 2020	12/02/2021
SDG	10/2021	Questionário – Gestão de Enfrentamento do COVID-19	09/02/2021
SDG	9/2021	Relação de órgãos ou entidades impedidas de novos recebimentos	03/02/2021
SDG	8/2021	Número de processos instruídos no 4º Trimestre de 2020 e no total do exercício.	30/01/2021
SDG	7/2021	Composição do Tribunal Pleno e das Câmaras Julgadoras para 2021	30/01/2021
SDG	06/2021	Questionário – Gestão de Enfrentamento do COVID-19 – Exercício de 2021	27/01/2021
SDG	05/2021	Acesso a processos, documentos ou informações	27/01/2021
SDG	04/2021	Piloto Fase V - Repasses ao terceiro setor	21/01/2021
SDG	03/2021	Valor atualizado de remessa	21/01/2021
SDG	02/2021	I Encontro com prefeitos, presidentes de câmaras, vereadores e agentes públicos	14/01/2021
SDG	01/2021	Relação de órgãos ou entidades impedidas de novos recebimentos	13/01/2021



ESTADO DE SÃO PAULO



# TCESP

## Tribunal de Contas

do Estado de São Paulo